

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVII - N.º 7 / 2016

19 de abril de 2016



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 19 de abril de 2016

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, Lote 7, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

7.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 6 de abril de 2016

	Página
Atas da Câmara Municipal de Odivelas	7
Nomeação do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas para Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR)	7
Alteração dos representantes da Câmara Municipal de Odivelas no Conselho Geral dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Município de Odivelas	7
Retirada do ponto da Ordem do Dia da presente Reunião	8
Aquisição de veículos por ocupação, tendo como destino final a alienação por desmantelamento qualificado	8
Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a “Ajuda de Mãe” - Associação de Solidariedade Social, IPSS	9
Acordo de Cooperação entre o Município de Odivelas (MO) e a Federação Portuguesa de Futebol (FPF)	11
Aceitação, por parte da Câmara Municipal de Odivelas, do título de “Confrade Protector” da Confraria da Marmelada de Odivelas	13
“Programa de Apoio ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação da rede pública do Concelho de Odivelas” - Atribuição de apoio financeiro	13
Doação de uma pintura por parte do artista Jorge Rebelo, intitulada “Do Real à Ficção”	13
Cedência de transporte municipal à Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas	14
Cedência de transporte municipal à Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Caneças	14
Cedência de transporte municipal à Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Caneças	14
Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001, para os lotes B1 e B4, inseridos no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	14
Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001, para os lotes B37 e C50, inseridos no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	15
Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001, para os lotes B38 e B152, inseridos no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	15
Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001, para os lotes D8, D72 e D73, inseridos no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	16
Emissão de parecer favorável ao aumento do número de compartes da parte rústica da parcela, na Estrada de Santo Eloy, nº 52, União de Freguesias de Pontinha e Famões	16

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

Presidência	17
Vereação	24
Outros Despachos	24



	Página
EDITAIS	25
AVISOS	25
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	27

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 7 de abril de 2016

Alteração à Ordem de Trabalhos da presente Sessão	35
Retirada do Ponto n.º 3 da Ordem de Trabalhos da presente Sessão	35
Mapas Estratégicos de Ruído do Concelho de Odivelas (MER)	35
Proposta de Recomendação sobre “Debate Público sobre o Futuro do Mosteiro de São Dinis e do Património Cultural Existente no Concelho”	36
Voto de Condenação - Pela Punição dos Jovens Ativistas Angolanos	36
Abertura de Procedimento Concursal, por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho para a categoria de Assistente Operacional, na área da fiscalização municipal	37



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

SIMAR DE LOURES E ODIVELAS

7.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 6 de abril de 2016

DELIBERAÇÕES

ATAS

ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 2.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 25 de janeiro de 2012.

(Aprovado por maioria)

ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 8 de fevereiro de 2012.

(Aprovado por maioria)

ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 10 de fevereiro de 2016.

(Aprovado por maioria)

NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nomeação do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Manuel dos Santos Martins, para exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, com efeitos a partir da data de 18 de abril de 2016, de acordo com a Proposta n.º 7/PRES/2016, datada de 4 de abril de 2016.

(Aprovado por unanimidade)

EDUCAÇÃO

CONSELHO GERAL DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Alteração dos representantes da Câmara Municipal de Odivelas no Conselho Geral dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Município de Odivelas, até ao final dos respetivos mandatos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/2869, de 2016.03.16:

Representantes propostos:

- Vereadora Maria Fernanda Franchi;
- Adjunta, Dra. Célia Croca;
- Chefe da Divisão de Educação, Dr. Gabriel Caetano;
- Técnica Superior, Dra. Alexandra Amaral;
- Técnica Superior, Dra. Ana Paula Silva;
- Técnica Superior, Dra. Gabriela Henriques;
- Técnica Superior, Dra. Isabel Dias;
- Técnica Superior, Dra. Joana Nunes;
- Técnica Superior, Dra. Maria Leonor Peixoto;
- Técnica Superior, Dra. Maria de Lurdes Ferreira;
- Técnica Superior, Dra. Natércia Almada;
- Técnica Superior, Dra. Patrícia Barroso;
- Técnica Superior, Dra. Patrícia Folgado;
- Técnica Superior, Dra. Paula Reis;
- Técnica Superior, Dr. Paulo Rainha;
- Técnica Superior, Dra. Rosa Silva;
- Técnica Superior, Dra. Sofia Boto;
- Técnica Superior, Dra. Sandra Alves;
- Técnica Superior, Dr. Tiago Galhardo.

(Aprovado por maioria)

**RETIRADA DE PONTO****PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
E A CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Retirada do ponto “Proposta do Projeto de Protocolo de Cooperação a Celebrar entre a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) e a Câmara Municipal de Odivelas para um Estágio na Área de Geologia Aplicada”, da Ordem do Dia da presente reunião.

(Aprovado por unanimidade)

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E SEU DESTINO FINAL NOS TERMOS
DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE VEÍCULOS ESTACIONADOS
ABUSIVA E/OU INDEVIDAMENTE NA VIA PÚBLICA**

Aquisição de veículos por ocupação, tendo como destino final a alienação por desmantelamento qualificado, nos termos do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (RMVEAIVP), veículos constantes da seguinte lista, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/2942, de 2016.03.18:

**DESTINO FINAL
ALIENAÇÃO POR DESMANTELAMENTO QUALIFICADO**

PROCESSO	MARCA/MODELO	MATRÍCULA
162/VIAT/OD/15	Renault Trafic	XQ-21-39
109/VIAT/PO/FA/15	Fiat Marea	12-39-OE
108/VIAT/PO/FA/15	Audi 80	94-28-CJ
167/VIAT/OD/15	Nissan Vanette	QL-42-01
169/VIAT/OD/15	Peugeot 206	40-64-PX
3/VIAT/OD/16	Opel Vectra	57-00-BX
1/VIAT/PV/OL/16	Seat Ibiza	17-83-EJ
175/VIAT/OD/15	Renault Laguna	03-36-ES
99/VIAT/PO/FA/15	Volvo	14-31-IC
157/VIAT/OD/15	Fiat Punto	31-95-JG
2/VIAT/RA/CA/16	Fiat Uno	VJ-37-62
176/VIAT/OD/15	Volvo 850	24-47-BT
178/VIAT/OD/15	VW Polo	52-03-ID

165/VIAT/OD/15	Toyota Corolla	TP-69-43
100/VIAT/PO/FA/15	Renault Twingo	28-21-DD
112/VIAT/PO/FA/15	Alfa Romeo 33	VL-21-94
164/VIAT/OD/15	Lancia Delta	68-63-GB
49/VIAT/RA/CA/15	VW Golf	15-43-DL
138/VIAT/OD/15	Citroen Saxo	08-91-RV
129/VIAT/OD/15	Fiat Punto	39-31-FG
122/VIAT/OD/15	Citroen Ndjy	86-95-LB
13/VIAT/PO/FA/16	Peugeot 206	63-01-OG
50/VIAT/RA/CA/15	Fiat Marea	09-10-LS
102/VIAT/PO/FA/15	Renault Clio	00-45-BI
86/VIAT/PO/FA/15	Renault Clio	07-52-IP
64/VIAT/PV/OL/15	Opel Tigra	20-29-EO
104/VIAT/PO/FA/15	Rover 200	08-87-QR
81/VIAT/PO/FA/15	Renault Megane	86-19-JQ
84/VIAT/PO/FA/15	Renault Kangoo	49-01-RD
20/VIAT/OD/16	Fiat Punto	42-62-EC
97/VIAT/OD/12	Ford Transit	77-41-JZ
11/VIAT/RA/CA/16	Toyota Corolla	26-19-QE
5/VIAT/PV/OL/16	Saab 900	BH-00-24
85/VIAT/OD/11	Audi A3	89-29-MJ
95/VIAT/PO/FA/15	Skoda Felícia	56-48-HE
9/VIAT/RA/CA/16	Ford Transit	VC-63-22
69/VIAT/PV/OL/15	Opel Corsa	16-97-FP
13/VIAT/OD/16	Vw Polo	96-87-AG
126/VIAT/OD/15	Vw Golf	NX-30-00
67/VIAT/PV/OL/15	Mercedes	NJ-79-51
4/VIAT/PV/OL/16	Ford Scorpio	NX-34-07
14/VIAT/OD/16	Volkswagen Golf	RH-16-11
20/VIAT/PO/FA/16	Renault Express	UB-48-95
19/VIAT/RA/CA/16	Fiat Uno	94-53-BJ
16/VIAT/RA/CA/16	Fiat Marea	44-10-OX
23/VIAT/PO/FA/16	Fiat Punto	88-19-EC
101/VIAT/OD/15	Lancia Delta	46-02-DC

(Aprovado por unanimidade)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A “AJUDA DE MÃE”

Minuta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a “Ajuda de Mãe” – Associação de Solidariedade Social, IPSS, com estatuto de utilidade pública, no sentido da colaboração no âmbito das respostas sociais desenvolvidas e promovidas por esta Câmara Municipal, na realização de ações de interesse mútuo relativas a grávidas e mães residentes neste Concelho, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/3146, de 2016.04.01 e nos termos do referido protocolo (abaixo publicado). Foi ainda proposta, a seguinte alteração, decorrer da presente reunião, à minuta do referido Protocolo, constante da minuta da ata da presente reunião: “Cláusula 4.ª, b) e c) onde se lê “maiores que” deverá ler-se “maiores de”.”

“PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A AJUDA DE MÃE – INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Considerando que:

- constitui uma prioridade para o Município de Odivelas a implementação de medidas de política social no apoio à infância bem como o desenvolvimento de projetos de prevenção, intervenção e acompanhamento de situação de pobreza e exclusão social visando a inclusão dos grupos sociais mais desfavorecidos. A Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos (DISPE) atua neste âmbito, desenvolvendo estratégias com o intuito de diminuir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida dos municípios.

- A “Ajuda de Mãe” – é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), pessoa coletiva de utilidade pública e sem fins lucrativos que tem como missão central apoiar a construção e consolidação do projeto de gravidez e maternidade de cada mãe, para que o nascimento do bebé se torne num fator de melhoria de vida para a família. A Ajuda de Mãe de modo a promover o bem-estar físico, emocional e social das grávidas com vista a uma maternidade plena, tem como principais objetivos: Informar, encaminhar e acolher grávidas; Informar na área da gravidez, sexualidade e planeamento familiar; Formar as mães para a concretização de uma maternidade plena, que contribua para um desenvolvimento saudável dos seus filhos; Promover a qualificação escolar das mães, de modo a que adquiram pelo menos a escolaridade obrigatória; Promover a reinserção social e profissional das mães, tornando possível e mais qualificada a sua entrada no mercado de trabalho e a sua reinserção na sociedade; Apoiar a família.

O **Município de Odivelas**, adiante designado por Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho – Rua Guilherme Gomes Fernandes – Quinta da Memória, 2675-372 Odivelas, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Martins,

E

A **Ajuda de Mãe**, adiante designado por Segundo Outorgante, pessoa coletiva n.º 502 617 780 com sede na Rua do Arco do Carvalhão, n.º 282,1350-026 Lisboa, representada pela Presidente da Direção da Associação, Eng.ª Madalena Teixeira Duarte.

Os outorgantes acima designados manifestam através do presente protocolo a intenção de estabelecer relações de cooperação e colaboração, as quais se regem pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objeto

Nos termos do presente protocolo e no exercício das respetivas competências institucionais, o Primeiro e o Segundo Outorgantes, propõem-se colaborar no âmbito das respostas sociais desenvolvidas e promovidas pela Câmara Municipal, na realização de ações de interesse mútuo relativas a grávidas e mães residentes no Concelho de Odivelas.

Cláusula 2ª

Objetivos

São objetivos do presente protocolo contribuir para:

- a) Prestar apoio social e psicológico a grávidas e mães;
- b) Apoiar as utentes grávidas do concelho através do ensino de vários temas relacionados com a gravidez e a maternidade, dando especial importância à vinculação mãe-bebé;
- c) Encaminhar para respostas especializadas nos cuidados aos bebés e/ou às grávidas/ parturientes, nomeadamente ao nível dos cuidados de saúde e apoios sociais;
- d) Dotar os pais e/ou familiares de conhecimentos relativos aos cuidados a prestar aos seus filhos e promover a adoção de práticas educativas adequadas às necessidades dos bebés e crianças, dos 0 aos 3 anos (capacitação das figuras parentais);
- e) Colaborar no fornecimento de bens essenciais no início de vida dos bebés, às grávidas/mães com carência socioeconómica através das doações, patrocínios e serviços que colaboram com as instituições.



Cláusula 3ª

Responsabilidades do Município de Odivelas

O Primeiro Outorgante obriga-se a:

- a) Ceder o espaço físico a ser utilizado pelo Segundo Outorgante, em articulação e complementaridade com o Espaço Bebê +, até duas vezes por semana;
- b) Encaminhar ao Segundo Outorgante as adolescentes acompanhadas pelo Espaço Bebê +, sempre que se justifique, através de ficha de referência para acompanhamento psicológico, formação parental, qualificação escolar ou demais serviços disponíveis pelo Segundo Outorgante, que colaborem na definição do seu projeto de vida;
- c) Incluir na documentação e divulgação associada a projetos comuns o logótipo/referência do Segundo Outorgante;
- d) Divulgar atividades conjuntas no site oficial do Primeiro Outorgante;
- e) Promover a divulgação do apoio prestado pelo Segundo Outorgante a projetos do Município de Odivelas nos órgãos de comunicação social;
- f) Preparar e elaborar atividades conjuntas com o Segundo Outorgante dentro da natureza e âmbito de intervenção do presente protocolo;
- g) Aceitar que o Segundo Outorgante participe em reuniões de preparação e avaliação de ações a levar a cabo no âmbito do presente protocolo;
- h) Facilitar a articulação com os diversos Serviços da Câmara necessário, para o apoio às famílias.

Cláusula 4ª

Responsabilidades da Associação “Ajuda de Mãe”

O Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Utilizar o espaço físico cedido pelo Primeiro Outorgante, em articulação e complementaridade com o Espaço Bebê +, até duas vezes por semana para realização do atendimento direto, apoio psicológico e formação das grávidas e mães;
- b) Realizar o atendimento direto a mulheres grávidas e mães maiores de 18 anos do concelho de Odivelas;
- c) Realizar o acompanhamento psicológico a mulheres grávidas e mães maiores de 18 anos do concelho de Odivelas e às utentes do Espaço Bebê + sempre que referenciado por este;

d) Realizar ações de formação das temáticas relacionadas com a gravidez e competências parentais a todas as grávidas e mães do concelho de Odivelas, sempre que se justifique;

e) Divulgar atividades conjuntas no site oficial do Segundo Outorgante;

f) Preparar e elaborar atividades conjuntas com o Primeiro Outorgante, dentro da natureza e âmbito de intervenção do presente protocolo;

g) Promover e estabelecer a comunicação e a interligação entre o Primeiro Outorgante e instituições e/ou organismos com relevância e interesse na área de intervenção;

h) Aceitar que o Primeiro Outorgante participe em reuniões de preparação e avaliação de ações a levar a cabo no âmbito do presente protocolo.

Cláusula 5ª

Gestão do protocolo

1. O presente Protocolo será gerido pelos Outorgantes através de reuniões trimestrais, de modo a avaliar conjuntamente os procedimentos em curso e acordar nas modificações consideradas pertinentes.

2. Para questões de gestão corrente e, tratando-se de pequenas alterações, estas poderão ser acordadas e colocadas em prática através de reuniões ou através de correio eletrónico.

Cláusula 6ª

Recursos

Os recursos logísticos, técnicos e financeiros das atividades comuns, serão sempre previamente acordados, entre as duas Partes.

Cláusula 7ª

Vigência e denúncia

1. O presente protocolo tem a duração de 1 (um) ano e entra em vigor após publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões e posterior assinatura, considerando-se automaticamente renovado por iguais e sucessivos períodos, caso não seja denunciado por qualquer um dos outorgantes, com a antecedência mínima de 60 dias em relação ao seu termo, mediante comunicação escrita, remetida ao outro Outorgante por carta registada com aviso de receção.

2. O incumprimento do estabelecido no presente protocolo pode ser invocado e fundamento de denúncia pela Parte prejudicada.



Odivelas, de de 2016

Pelo Município de Odivelas
O Presidente da Câmara
Municipal

(Hugo Martins)

Pela Ajuda de Mãe
A Presidente da Direção da
Associação

(Madalena Teixeira Duarte)”

(Aprovado por maioria)

ACORDO DE COOPERAÇÃO

ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

Acordo de Cooperação entre o Município de Odivelas (MO) e a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) para a realização do jogo de apuramento para o mundial de Futsal 2016 – Portugal vs Sérvia, dia 12 de abril de 2016, no Pavilhão Multiusos de Odivelas, nos termos da minuta que se encontra anexa à informação n.º Interno/2016/3155, de 2016.03.29, de acordo com o proposto na referida informação.

Minuta de Acordo de Cooperação

“Considerando que:

-O apoio à promoção e dinamização da prática de atividade física e do desporto constitui uma das competências e atribuições das autarquias, nomeadamente na área da formação e a ela associadas.

-O desporto no Município de Odivelas tem vindo a assumir uma posição de destaque, na medida em que constitui um sinal de qualidade de vida e de bem-estar da população.

-Os equipamentos desportivos são um dos instrumentos fundamentais ao dispor do Município para a promoção do desporto; com vista à racionalização dos recursos disponíveis e a maximização dos objetivos previstos;

-O Município de Odivelas tem sido uma referência no panorama desportivo nacional, muito devido à edificação e dinamização de múltiplos eventos nacionais e internacionais no seu Multiusos, infraestrutura que dispõe de condições ótimas para a organização de grandes eventos de nível nacional e internacional;

-As excelentes condições existentes, devem não só ser usufruídas e aproveitadas pelo público e desportistas do Concelho, como tornadas conhecidas no mapa do futsal, trazendo ao município representantes da modalidade.

A Câmara Municipal de Odivelas reconhecendo a importância da organização de grandes eventos como fator de desenvolvimento da modalidade, na promoção do Município e na promoção de estilos de vida ativa e saudável, associa-se à Federação Portuguesa de Futebol (FPF), na organização do jogo de Futsal Portugal x Sérvia, 12 de abril de 2016, relativo à segunda mão do Play-Off de apuramento para o Mundial.

A congregação destes interesses permite criar em Odivelas um conjunto de incentivos e mecanismos estimuladores ao desenvolvimento do Futebol/Futsal, especialmente porque se trata da modalidade mais praticada, com maior procura e impacto junto da população. Assim sendo, é celebrado entre:

-**Município de Odivelas**, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675 Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, doravante designada por Município, representado neste ato por, **Hugo Manuel dos Santos Martins**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,

e

-**Federação Portuguesa de Futebol**, instituição de utilidade pública desportiva, contribuinte n.º 500110387, com sede na Rua Alexandre Herculano, n.º 58 – 1250-012, em Lisboa, doravante designada por “FPF”, neste ato representada por **Fernando Soares Gomes da Silva e Tiago Moura Pacheco Coelho Craveiro**, na qualidade de Presidente e Diretor Geral, respetivamente.

Um Acordo de Cooperação, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira (Objeto)

São objetivos do presente acordo:

1. Articular recursos e ações com a finalidade de divulgar e incrementar o Futebol/Futsal no contexto do desenvolvimento desportivo do Município de Odivelas, através da definição de princípios e normas claras de relacionamento entre as duas instituições.

2. Promover a generalização e o desenvolvimento do Futebol/Futsal no concelho de Odivelas.

3. Aumentar progressivamente o número de praticantes da modalidade, privilegiando os escalões

4. Ceder alguns espaços do Pavilhão Multiusos de Odivelas (PMO), no período compreendido entre 9 e 12 de abril de 2016, para a realização do jogo de apuramento para o Mundial de Futsal 2016 – Portugal vs Sérvia, bem como, para os treinos preparatórios das seleções intervenientes, de acordo com o seguinte plano:



Data	Designação da ação
09 de abril de 2016 (09.00h/18.00h)	Montagens/treinos das seleções
10 de abril de 2016 (09.00h/18.00h)	Treinos
11 de abril de 2016 (13.30h/18.00h)	Treinos
12 de abril 2016 (10.00h/23.00h)	Jogo/desmontagens
13 de abril 2016 (10.00h/16.00h)	Desmontagens

Cláusula Segunda (Responsabilidade do Município)

O Município, através da sua Câmara Municipal, compromete-se a:

1. Disponibilizar à FPF, a título gratuito, as seguintes instalações do PMO: Nave 1 e respetivas bancadas; 2 (dois) balneários destinados aos atletas; 1 (um) balneário destinado à equipa de arbitragem; posto médico, sala de fisioterapia, auditório e bilheteira, sala para organização e sala para delegado da UEFA.

2. Assegurar o normal funcionamento das instalações utilizadas.

3. Ceder, mediante disponibilidade, o seguinte apoio técnico e logístico, na organização do evento:

- a) Material/equipamento necessário;
- b) Colaborar na decoração do Pavilhão;
- c) Promover e divulgar o evento, pelos meios normais de distribuição do Município, colocando ainda ao dispor da FPF, o circuito de mupis;
- d) Lembranças aos representantes das comitativas.

Cláusula Terceira (Responsabilidade da FPF)

1. Cabe à FPF o planeamento, preparação, realização e exploração comercial do evento, incluindo designadamente instalação de publicidade e captação de imagens para divulgação por quaisquer meios e em qualquer território, bem como a realização de todas as tarefas relacionadas e inerentes à respetiva organização.

2. A FPF assume a responsabilidade técnica pela organização de todos os aspetos inerentes à organização do evento, no concelho de Odivelas, nomeadamente:

a) Cumprir com as normas estabelecidas pelo Regulamento de Funcionamento, Cedência e Utilização do Pavilhão

Multiusos de Odivelas (RFCUPMO), que não conflituem com as estabelecidas no presente Acordo;

b) Assumir os custos com os serviços adicionais, nomeadamente de limpeza, segurança/vigilância e outros considerados necessários por ambas as partes, sendo que é da competência exclusiva da CMO essa aquisição e controlo operacional, conforme previsto nos n.os 1 e 2 do Artigo 35.º do Regulamento de Funcionamento, Cedência e Utilização do Pavilhão Multiusos de Odivelas, sempre condicionados à aprovação dos respetivos orçamentos por parte do Segundo Outorgante.

c) Obter todas as licenças obrigatórias, nomeadamente Direitos de Autor, salvo as necessárias para utilização do referido pavilhão;

d) Responder pelos danos causados no PMO, respetivas áreas envolventes e zonas de apoio, desde que decorrentes de atos de vandalismo direta ou indiretamente relacionados com o decorrer dos jogos a realizar;

e) Garantir a devida recolha de resíduos médico-hospitalares usados, quer no posto médico e sala de anti doping, quer nos balneários afetos às equipas, ora pelas suas equipas médicas, ora pelos serviços médicos de apoio;

f) Proceder à instalação do material de imagem, designadamente stand-ups, e demais material exigido pela FPF e UEFA, obedecendo sempre a indicações prévias por parte dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Desportivo (DDD);

g) Proceder à requisição/pagamento de forças de segurança (PSP) e assistência médica;

h) Proceder ao pagamento a demais entidades cuja presença é obrigatória nos termos da lei;

i) Assegurar as despesas suas os serviços de locução/animação do evento;

j) Ceder ao Município de Odivelas 33 (trinta e três) bilhetes/convites para o dia da competição: Tribuna VIP – 3 [três], Bancada VIP – 30 (trinta).

k) Ceder ao Município 50 [cinquenta] bilhetes/convites para distribuir pelos estabelecimentos de ensino do concelho;

l) Garantir o acompanhamento dos atletas de futsal das equipas participantes, aquando da entrada no recinto de jogo, por crianças pertencentes às Escolinhas de Futsal Escola de Futsal do PMO;

3. Garantir o acesso a 4 (quatro) agentes desportivos, indicados pelo Município de Odivelas, em ações de formação/cursos organizados pela FPF.



4. Colaborar com o Município de Odivelas, na emissão de pareceres e no planeamento de infraestruturas desportivas a implantar no concelho.

**Cláusula Quarta
(Casos de Força Maior)**

No caso de desastres naturais, revoltas e emergências nacionais, guerra ou greves gerais, alterações ao normal funcionamento da organização do país, que tornem impossível o cumprimento deste Acordo, ou a qualquer outra razão inesperada, a que o Município e a FPF sejam totalmente alheios, as partes tentarão encontrar uma solução aceitável para ambos, de modo a minorar os prejuízos subjacentes.

**Cláusula Quinta
(Vigência do Acordo)**

O presente Acordo iniciar-se-á à data da respetiva outorga e caducará após o termo do período previsto no n.º 4 da cláusula primeira.

**Cláusula Sexta
(Disposições Finais)**

Qualquer modificação ao presente Acordo carece de prévia apreciação entre as partes e redução a escrito.

Odivelas, xxxxxxxx de abril de 2016

**Câmara Municipal de
Odivelas**

O Presidente

(Hugo Manuel dos Santos
Martins)

**Federação Portuguesa de
Futebol**

O Presidente

(Fernando Soares Gomes da
Silva)

O Diretor Geral

(Tiago Moura Pacheco
Coelho Craveiro)

(Aprovado por unanimidade)

MARMELADA DE ODIVELAS

CONFRARIA

Aceitação, por parte da Câmara Municipal de Odivelas, do título de “Confrade Protector” da Confraria da Marmelada de Odivelas a convite da mesma, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/2983,

de 2016.03.18. Foi ainda proposta, a seguinte alteração, decorrer da presente reunião, à informação acima mencionada, constante da minuta da ata da presente reunião: Onde se lê “*Confraria da Marmelada Branca de Odivelas*”, dever-se-á ler “*Confraria da Marmelada de Odivelas*”.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

**PROGRAMA DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE PAIS E
ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DO
CONCELHO DE ODIVELAS PARA O ANO DE 2016
ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO (MEDIDA DE APOIO I)**

Atribuição de apoio financeiro (Medida de Apoio 1) no valor fixo de €150,00 (cento e cinquenta euros) a cada uma das vinte e três Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE) que submeteram as suas candidaturas ao “Programa de Apoio ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação da rede pública do Concelho de Odivelas”, para o ano de 2016, perfazendo o montante total de €3.450,00 (três mil quatrocentos e cinquenta euros). Atribuição de apoio financeiro à Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Odivelas (FAPODIVEL), no valor fixo de €500,00 (quinhentos euros). O pagamento do respetivo subsídio às entidades com candidaturas incompletas ficará condicionado à entrega da documentação em falta, de acordo com o proposto na Informação n.º interno/2016/3233, de 31-03-2016, e nos termos que constam na informação.

(Aprovado por unanimidade)

**DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE ODIVELAS DE
UMA OBRA INTITULADA “MAGIA DA MÚSICA”**

Doação de uma pintura por parte do artista Jorge Rebelo, intitulada “Do Real à Ficção” com as dimensões de 70 x 50 cm, no valor de € 800,00 (oitocentos euros), a fim de a mesma passar a pertencer ao acervo Municipal do Centro de Exposições de Odivelas, de acordo com o proposto na informação interno n.º 2016/3065, de 2016-03-22.

(Aprovado por unanimidade)



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SAÚDE MENTAL DE ODIVELAS
CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL**

Cedência de transporte municipal à Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas, para os dias 15 de abril e 19 de maio de 2016, para deslocação de vinte e nove pessoas em visita ao Panteão Nacional e ao Cristo Rei. A cedência de transporte tem um custo estimado de €100,56 (cem euros e cinquenta e seis cêntimos), de acordo com o proposto na informação n.º interno/2016/3019, de 2016-03-21.

(Aprovado por unanimidade)

**FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO PEDRO DE CANEÇAS
CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL**

Cedência de transporte municipal à Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Caneças, para o dia 16 de abril de 2016, para deslocação de cem pessoas à Nazaré. A cedência de transporte tem um custo estimado de €411,24 (quatrocentos e onze euros e vinte e quatro cêntimos), de acordo com o proposto na informação n.º interno/2016/3091, de 2016-03-23.

(Aprovado por unanimidade)

**FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO PEDRO DE CANEÇAS
CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL**

Cedência de transporte municipal à Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Caneças, para o dia 23 de abril de 2016, para deslocação de cinquenta e uma pessoas a Fátima. A cedência de transporte tem um custo estimado de €323,24 (trezentos e vinte e três euros e vinte e quatro cêntimos), de acordo com o proposto na informação n.º interno/2016/3092, de 2016-03-23.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2001
BAIRRO DOS PEDERNAIS, LOTES B1 E B4
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 33688/LO**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001, para os lotes B1 e B4, inseridos no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de António Araújo Fernandes. As alterações têm como objetivo a legalização das edificações existentes nos lotes B1 e B4, através do ajustamento do instrumento de gestão

urbanística, o alvará de loteamento, no que diz respeito à área de implantação, construção e número de fogos atribuídos, conformando-o com a realidade edificada. Nas condições constantes na informação técnica n.º 25/RD/DRRU/DGOU/16, de 2016-02-25 e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 7143, do processo n.º 33688/LO, de 2016-03-23, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no artigo 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em AUGI, podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor €16.804,81 (dezasseis mil, oitocentos e quatro euros e oitenta e um cêntimos), como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (110,59m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

Quadro comparativo

Descrição	Alvará Loteamento	
	B1	B4
Lotes		
Área lote	324,10 m²	545,80 m²
Área implantação	103,90 m²	159,10 m²
Área construção	207,80 m²	318,20 m²
Número fogos	1	1
Número ocupações	1	-
Pisos	2P+CV	2P+CV
Situação proposta	A renovar	A renovar

Descrição	Alteração Proposta		Diferencial
	B1	B4	
Lotes			
Área lote	324,10 m²	545,80 m²	
Área implantação	324,10 m²	300,00 m²	+ 361,10 m²
Área construção	610,00 m²	318,20 m²	+ 402,20 m²
Número fogos	5	1	+4
Número ocupações	1	-	
Pisos	3P+CV	2P+CV	+1P
Situação proposta	A manter	A manter	

(Aprovado por unanimidade)



**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2001
BAIRRO DOS PEDERNAIS, LOTES B37 E C50
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 33688/LO**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001, para os lotes B37 e C50, inseridos no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de Maria da Piedade Conceição dos Santos e Outros. As alterações têm como objetivo a legalização das edificações existentes nos lotes B37 e C50, através do ajustamento do instrumento de gestão urbanística, o alvará de loteamento, no que diz respeito à área de implantação, construção e número de fogos atribuídos, conformando-o com a realidade edificada. Nas condições constantes na informação técnica n.º 27/RD/DRRU/DGOU/16, de 2016-02-26, e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 7147, do processo n.º 33688/LO, de 2016-03-23, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em AUGI, podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor €72.490,61 (setenta e dois mil, quatrocentos e noventa euros e sessenta e um centimos), como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (477,05m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

Relativamente aos parâmetros urbanísticos do lote verifica-se a seguinte alteração:

Descrição	Alvará Loteamento	
Lotes	B37	C50
Área lote	367 m²	872,10 m²
Área implantação	184 m²	645,20 m²
Área construção	552 m²	1290,40 m²
Número fogos	2	12
Número ocupações	1	2
Pisos	3P+CV	2P+CV
Situação proposta	A renovar	A renovar

Descrição	Alteração Proposta	
Lotes	B37	C50
Área lote	379,60 m²	1775,75 m²
Área implantação	379,60 m²	1775,75 m²
Área construção	525,30 m²	2252,90 m²
Número fogos	2	0

Número ocupações	1	3
Pisos	3P+CV	2P+CV
Situação proposta	A manter	A manter

Descrição	Diferencial		
Lotes	B37	C50	Total
Área lote	+12,60 m²	+903,65 m²	+916,25 m²
Área implantação	+195,60 m²	+1130,55m²	+1326,25 m²
Área construção	-26,70 m²	+962,50 m²	+935,80 m²
Número fogos	-	-12	-12
Número ocupações	-	+1	+1
Pisos	-	-	-
Situação proposta	A manter	A manter	A manter

(Aprovado por maioria)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2001
BAIRRO DOS PEDERNAIS, LOTES B38 E B152
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 33688/LO**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001, para os lotes B38 e B152, inseridos no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de José Leandro Valério Duarte e Adriano António Pinto Pacheco. As alterações têm como objetivo a legalização das edificações existentes nos lotes B38 e B152, através do ajustamento do instrumento de gestão urbanística, o alvará de loteamento, no que diz respeito às áreas de implantação, construção e número de fogos atribuídos e conformando-o com a realidade edificada. A pretensão repercute-se num aumento de 43,40m² de área de implantação, 231,80 m² de área de construção e um acréscimo de 3 fogos. Nas condições constantes na informação técnica n.º 26/RD/DRRU/DGOU/16, de 2016-02-26, e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 7145, do processo n.º 33688/LO, de 2016-03-23, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em AUGI, podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor €15.795,83 (quinze mil, setecentos e noventa e cinco euros e oitenta e três centimos), como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (103,95m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º



99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

Quadro comparativo

Descrição	Alvará Loteamento	
	Lote B38	Lote B152
Área lote	301,50 m ²	309,20 m ²
Área implantação	103,60 m ²	145,80 m ²
Área construção	207,00	291,60 m ²
Número fogos	1	6
Pisos	2P+CV	2P+CV

Descrição	Alteração Proposta		Diferencial
	Lote B38	Lote B152	
Área lote	301,50 m ²	309,20 m ²	-
Área implantação	147,00 m²	145,80 m ²	+ 43,40 m²
Área construção	293,00 m²	437,40 m²	+ 231,80 m²
Número fogos	4	6	+ 3
Pisos	2P+CV	2P+CV	-

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2001
BAIRRO DOS PEDERNAIS, LOTES D8, D72 E D73
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 33688/LO**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001, para os lotes D8, D72 e D73, inseridos no Bairro dos Pedernais, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de Antónia Maria Correia de Paiva Martinho e Outro. As alterações têm como objetivo a legalização das edificações existentes nos lotes D8, D72 e D73, através do ajustamento do instrumento de gestão urbanística, o alvará de loteamento, no que diz respeito à área dos lotes e número de fogos atribuídos, conformando-o com a realidade edificada. Nas condições constantes na informação técnica n.º 28/RD/DRRU/DGOU/16, de 2016-02-29, e de acordo com o proposto na informação a constante a folhas 7149, do processo n.º 33688/LO, de 2016-03-23, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em AUGI, podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor €6.628,32 (seis mil, seiscentos e vinte e oito euros e trinta e dois cêntimos), como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização

coletiva em falta (43,62m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

Quadro comparativo

Descrição	Alvará Loteamento		
	D8	D72	D73
Lotes			
Área lote	209,50	444,40	317,30
Área implantação	62,60	95,80	83,60
Área construção	125,20	191,60	167,20
Número fogos	1	1	1
Pisos	2P+CV	2P+CV	2P+CV

Descrição	Alteração Proposta			Diferencial
	D8	D72	D73	
Lotes				-
Área lote	285,50	368,40	317,30	-
Área implantação	62,60	95,80	83,60	-
Área construção	125,20	191,60	167,20	-
Número fogos	1	3	3	+ 4
Pisos	2P+CV	2P+CV		-

(Aprovado por unanimidade)

**EMISSION DE PARECER FAVORÁVEL
AUMENTO DO NÚMERO DE COMPARTES
PARCELA NA ESTRADA DE SANTO ELOY, Nº 52
UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PONTINHA E FAMÕES**

Emissão de parecer favorável ao aumento do número de compartes da parte rústica da parcela, em nome de Maria do Carmo Lazaro Nolasco Almeida Amaral, na Estrada de Santo Eloy, nº 52, União de Freguesias de Pontinha e Famões, na condição e no pressuposto de que o mesmo não venha a originar parcelamento físico ou violação do regime legal dos loteamentos urbanos, nas condições da informação técnica 16-PC/DLOP/2016, de 2016-03-23, e de acordo com o proposto na informação n.º 07/APV/2016, de 2016-03-23.

(Aprovado por unanimidade)



UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 26/PRES/2016

Assunto: Alteração à redação do Despacho n.º 105/PRES/2015, de 27 de outubro

Na sequência do meu Despacho n.º 105/PRES/2015, de 27 de outubro, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21, de 3 de novembro de 2015, por força do disposto no artigo 36.º e n.º 1 do artigo 38.º todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, designado por RJAL), conjugado com os artigos 44.º a 50.º e ainda artigo 173.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, designado por CPA), **procedo à alteração do supracitado Despacho, no Senhor Vereador PAULO CÉSAR PRATA TEIXEIRA, com possibilidade de subdelegar**, das competências abaixo discriminadas, a fim de serem exercidas **no âmbito do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico**.

Assim, os n.ºs 27 e 29, da Parte II, do aludido **Despacho n.º 105/PRES/2015**, passam a ter a seguinte redação:

Parte II

“**27.** A competência prevista no n.º 1 do artigo 102.º-B do RJUE, no que concerne ao embargo de obras realizadas, com existência de procedimento de âmbito urbanístico”

“**29.** As competências previstas nos n.ºs 1 e 4 do artigo 106.º do RJUE, respetivamente, para ordenar a demolição total ou parcial da obra ou a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes do início das obras ou trabalhos, com existência de procedimento de âmbito urbanístico, fixando um prazo para o efeito, e para determinar, decorrido o referido prazo sem a ordem se mostrar cumprida, a demolição da obra ou a reposição do terreno por conta do infrator.”

O despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 05 de abril de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 27/PRES/2016

Assunto: Aditamento ao Despacho n.º 107/PRES/2015 de Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Vereador Edgar Luís Simões Valles

Em aditamento ao meu Despacho n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21, de 3 de novembro de 2015, por força do disposto nos artigos 34.º n.º 1, 36.º, e 38.º n.º 1, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante, RJAL), conjugado com os artigos 44.º e seguintes do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (doravante, CPA), **delego no Senhor Vereador, EDGAR LUÍS SIMÕES VALLES, com possibilidade de subdelegar**, as competências abaixo discriminadas, a fim de serem exercidas **no âmbito da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal (com exclusão do Setor de Contratos Públicos, afeto a esta Unidade Orgânica)**, nomeadamente:

- A competência prevista no n.º 1 do artigo 102-B.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (doravante RJUE), na sua redação atual, no que concerne ao embargo de obras sem procedimento de âmbito urbanístico;

- As competências previstas nos n.ºs 1 e 4 do artigo 106.º do RJUE, respetivamente, para ordenar a demolição total ou parcial da obra ou a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes da data de início das obras ou trabalhos sem procedimento de âmbito urbanístico, fixando um prazo para o efeito, e para determinar, decorrido o referido prazo sem a ordem se mostrar cumprida, a demolição da obra ou a reposição do terreno por conta do infrator.

As competências ora delegadas, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação, total ou parcial, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

O delegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;



Em tais casos e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante, o delegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

Do exercício das competências ora delegadas, deverá o delegado prestar ao delegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 05 de abril de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 28/PRES/2016

Assunto: Alteração da designação do Setor de Secretaria Central, e 6ª alteração do Classificador Orgânico da CMO

1 - Considerando:

a) Que o Setor de Secretaria Central, subunidade orgânica do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, tem como atribuições, nomeadamente, a prestação do Atendimento Público, a gestão do Posto de Cobrança e a execução do serviço de Secretaria do Departamento, sendo assim considerada uma subunidade com características de gestão administrativa;

b) A necessidade de garantir uma melhor e eficiente organização no funcionamento da referida subunidade orgânica;

DETERMINO

Em cumprimento dos artigos 8.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, alterar a constituição das subunidades da Câmara Municipal de Odivelas, publicada, sob o Despacho n.º 16632/2012, no Diário da República, 2.ª série, n.º 252, de 31 de dezembro, nos seguintes termos e limites:

I. A alteração da designação da seguinte subunidade orgânica:

Setor de Secretaria Central (SSC), integrada no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico (DGOU), para **Secção de Secretaria Central (SSC)**;

II. Assim, republica-se, na íntegra, a constituição das subunidades orgânicas municipais:

1. Direção Municipal

Subunidade:

Setor de Apoio Técnico e Administrativo

2. Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial

Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal

Subunidades:

Setor de Contraordenações e Execuções Fiscais

Setor de Contratos Públicos

Setor Técnico-Jurídico

Setor Administrativo Geral

Setor de Fiscalização

Setor de Ruído

Setor de Fiscalização de Estacionamento

Laboratório de Acústica da Câmara Municipal de Odivelas

Divisão Financeira e de Aprovisionamento

Subunidades:

Tesouraria

Setor de Contabilidade

Setor de Liquidação e Pagamentos

Setor de Planeamento Orçamental e Controlo de Custos

Setor de Aquisições e Gestão de Stocks

Secção de Armazém

Divisão de Recursos Humanos e Formação

Subunidades:

Refeitório Municipal

Setor de Gestão de Pessoal

Secção de Recrutamento e Seleção

Setor de Saúde Ocupacional, Higiene e Segurança no

Trabalho

Setor de Formação

Divisão de Licenciamentos, Atividades Económicas e Projetos Participados

Subunidades:

Secção de Licenciamentos de Restauração e Bebidas

Secção de Licenciamentos Gerais e Industriais

Setor de Pesquisa, Análise, Informação e de

Acompanhamento e Controlo de Projetos

Setor Novas Oportunidades e de Apoio ao

Desenvolvimento Económico

Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral

Subunidades:

Setor de Património Municipal

Setor Técnico e de Seguros

Secção de Expediente e Apoio Logístico

Secção de Apoio aos Órgãos Municipais



Setor de Arquivo Municipal e Arquivo Histórico

3. Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico

Subunidades:

Setor Técnico-Jurídico
Secção de Secretaria Central

Divisão de Licenciamento de Obras Particulares

Subunidades:

Setor de Apreciação de Estudos e Projetos de Obras Particulares
Setor de Apreciação de Obras de Urbanização
Setor de Apreciação Liminar
Secção Técnica e Administrativa
Setor de Acompanhamento e Verificação de Obras

Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana

Subunidades:

Setor de Elaboração e Apreciação de Estudos e Projetos das AUGI's
Setor de Apreciação de Obras de Urbanização em AUGI's
Setor de Reconversão Urbana de Áreas Críticas
Secção Técnica e Administrativa

Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes

Subunidades:

Setor de Estudos e Planeamento Urbanístico e de Projetos Estruturantes
Setor de Parques Urbanos e Requalificação Urbanística
Setor de Topografia e de Toponímia
Setor do Plano Diretor Municipal, Projetos Especiais e Energia
Setor de Informação Geográfica

4. Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes

Subunidades:

Secção de Lançamento de Empreitadas
Setor de Estudos e Projetos

Divisão de Infraestruturas e Equipamentos Municipais

Subunidades:

Setor de Obras por Empreitada
Setor de Obras por Administração Direta

Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos

Subunidades:

Setor de Infraestruturas e Espaços Urbanos
Setor de Iluminação Pública

Setor de Planeamento, Controle e Programação da Mobilidade

Setor de Sinalização e Trânsito

Setor de Obras por Administração Direta

Divisão de Habitação

Subunidades:

Setor de Gestão do Parque Habitacional
Setor de Estudos, Planeamento e Controle
Setor de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação
Setor de Intervenção na Habitação Social

Divisão de Transportes e Oficinas

Subunidades:

Setor de Oficinas
Setor de Transportes

5. Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente

Divisão de Educação

Subunidades:

Setor de Gestão e Controle
Setor de Planeamento e Gestão da Rede Educativa
Setor de Ação Social Escolar

Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos

Subunidades:

Setor de Planeamento, Rede e Intervenção Social
Setor de Envelhecimento Ativo
Setor Educativo e Pedagógico
Setor de Intervenção e Sucesso Educativo

Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas

Subunidades:

Setor de Dinamização Cultural
Setor de Turismo
Setor de Património Cultural
Setor de Bibliotecas
Setor da Juventude

Divisão de Desenvolvimento Desportivo

Subunidades:

Setor de Associativismo Desportivo
Setor de Avaliação, Planeamento e Projetos Desportivos
Setor de Instalações Desportivas

Divisão de Gestão Ambiental

Subunidades:

Setor de Estudos, Projetos e Sensibilização Ambiental



Setor Cemiterial
Setor de Planeamento, Intervenção e Monitorização Ambiental
Setor de Construção e Conservação de Espaços Verdes e de Jardins
Setor de Viveiros Municipais
Setor de Controlo e Planeamento
Setor de Higiene Urbana

6. Gabinetes

Serviço Municipal de Proteção Civil

Subunidades:

Coordenador
Secção Administrativa e de Operações
Setor de Informação e Planeamento

Gabinete Veterinário Municipal

Subunidades:

Setor Médico Veterinário Municipal
Setor Consultório Médico Veterinário Municipal

III. Republica-se igualmente, na íntegra, o Classificador Orgânico:

Código	Abreviatura	Unidade Orgânica
010000	AM	Assembleia Municipal
010001	CMO	Câmara Municipal de Odivelas
010002	GP	Gabinete da Presidência
Vereação		
010003	VMFM	Vereadora Maria Fernanda dos Santos Mateus
010005	VAIG	Vereadora Ana Isabel Gomes
010006	VPCT	Vereador Paulo César Prata Teixeira
010007	VRF	Vereador Rui Manuel Rodrigues Francisco
010008	VMFF	Vereadora Maria Fernanda Marcelo Faria Duarte Franchi
010009	VCMB	Vereador Carlos Manuel Maio Bodião
010010	VELV	Vereador Edgar Luís Simões Valles
010011	VMLN	Vereadora Maria da Luz Ribeiro Nogueira
010012	VMLV	Vereadora Mónica Lisa Gonçalves Vilarinho
010026	VJEF	Vereador José Esteves Ferreira
Direção Municipal		
010100	DM	Direção Municipal
010101	DM/SATA	Setor de Apoio Técnico e Administrativo
Gabinetes		
010200	SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
010201	SMPC/CRD	Coordenador
010202	SMPC/SAO	Secção Administrativa e de Operações
010203	SMPC/SIP	Setor de Informação e Planeamento
010300	GVM	Gabinete Veterinário Municipal
010301	GVM/SMVM	Setor Médico Veterinário Municipal
010302	GVM/SCMVM	Setor Consultório Médico Veterinário Municipal
010400	GOC	Gabinete do Observatório da Cidade
010500	GCMA	Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa



010600	GSIC	Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania
010700	GAIAD	Gabinete de Auditoria Interna e de Avaliação de Desempenho
010800	GTIC	Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento
Departamentos		
020000	DJGFP	Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial
020100	DJGFP/DJFM	Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal
020101	DJGFP/DJFM/SCOE	Setor de Contraordenações e Execuções Fiscais
020102	DJGFP/DJFM/SCP	Setor de Contratos Públicos
020103	DJGFP/DJFM/STJ	Setor Técnico-Jurídico
020104	DJGFP/DJFM/SAG	Setor Administrativo Geral
020105	DJGFP/DJFM/SF	Setor de Fiscalização
020106	DJGFP/DJFM/SR	Setor de Ruído
020107	DJGFP/DJFM/SFE	Setor de Fiscalização de Estacionamento
020108	DJGFP/DJFM/LACMO	Laboratório de Acústica da Câmara Municipal de Odivelas
020200	DJGFP/DFA	Divisão Financeira e de Aprovisionamento
020201	DJGFP/DFA/T	Tesouraria
020202	DJGFP/DFA/SC	Setor de Contabilidade
020203	DJGFP/DFA/SLP	Setor de Liquidação e Pagamentos
020204	DJGFP/DFA/SPOCC	Setor de Planeamento Orçamental e Controlo de Custos
020205	DJGFP/DFA/SAGS	Setor de Aquisições e Gestão de Stocks
020206	DJGFP/DFA/SA	Secção de Armazém
020300	DJGFP/DRHF	Divisão de Recursos Humanos e Formação
020301	DJGFP/DRHF/RM	Refeitório Municipal
020302	DJGFP/DRHF/SGP	Setor de Gestão de Pessoal
020303	DJGFP/DRHF/SRS	Secção de Recrutamento e Seleção
020304	DJGFP/DRHF/SSOHST	Setor de Saúde Ocupacional, Higiene e Segurança no Trabalho
020305	DJGFP/DRHF/SF	Setor de Formação
020400	DJGFP/DLAEPC	Divisão de Licenciamentos, Atividades Económicas e Projetos Participativos
020401	DJGFP/DLAEPC/SLRB	Secção de Licenciamentos de Restauração e Bebidas
020402	DJGFP/DLAEPC/SLGI	Secção de Licenciamentos Gerais e Industriais
020403	DJGFP/DLAEPC/SPAIACP	Setor de Pesquisa, Análise, Informação e de Acompanhamento e Controlo de Projetos
020404	DJGFP/DLAEPC/SNOADE	Setor Novas Oportunidades e de Apoio ao Desenvolvimento Económico
020500	DJGFP/GGPAG	Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral
020501	DJGFP/GGPAG/SPM	Setor de Património Municipal
020502	DJGFP/GGPAG/STS	Setor Técnico e de Seguros
020503	DJGFP/GGPAG/SEAL	Secção de Expediente e Apoio Logístico
020504	DJGFP/GGPAG/SAOM	Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
020505	DJGFP/GGPAG/SAMAH	Setor de Arquivo Municipal e Arquivo Histórico
030000	DGOU	Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico
030001	DGOU/STJ	Setor Técnico-Jurídico
030002	DGOU/SSG	Secção de Secretaria Central
030100	DGOU/DLOP	Divisão de Licenciamento de Obras Particulares
030101	DGOU/DLOP/SAEPOP	Setor de Apreciação de Estudos e Projetos de Obras Particulares



030102	DGOU/DLOP/SAOU	Setor de Apreciação de Obras de Urbanização
030103	DGOU/DLOP/SAL	Setor de Apreciação Liminar
030104	DGOU/DLOP/STA	Secção Técnica e Administrativa
030105	DGOU/DLOP/SAVO	Sector de Acompanhamento e Verificação de Obras
030200	DGOU/DRRU	Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana
030201	DGOU/DRRU/SEAEPA	Setor de Elaboração e Apreciação de Estudos e Projetos das AUGI's
030202	DGOU/DRRU/SAOUA	Setor de Apreciação de Obras de Urbanização em AUGI's
030203	DGOU/DRRU/SRUAC	Setor de Reconversão Urbana de Áreas Críticas
030204	DGOU/DRRU/STA	Secção Técnica e Administrativa
030300	DGOU/DPUPE	Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes
030301	DGOU/DPUPE/SEPUPE	Setor de Estudos e Planeamento Urbanístico e de Projetos Estruturantes
030302	DGOU/DPUPE/SPURU	Setor de Parques Urbanos e Requalificação Urbanística
030303	DGOU/DPUPE/STT	Setor de Topografia e de Toponímia
030304	DGOU/DPUPE/SPDMPEE	Setor do Plano Diretor Municipal, Projetos Especiais e Energia
030305	DGOU/DPUPE/SIG	Sector de Informação Geográfica
040000	DOMHT	Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes
040001	DOMHT/SLE	Secção de Lançamento de Empreitadas
040002	DOMHT/SEP	Setor de Estudos e Projetos
040100	DOMHT/DIEM	Divisão de Infraestruturas e Equipamentos Municipais
040101	DOMHT/DIEM/SOE	Setor de Obras por Empreitada
040102	DOMHT/DIEM/SOAD	Setor de Obras por Administração Direta
040200	DOMHT/DIEU	Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos
040201	DOMHT/DIEU/SIEU	Setor de Infraestruturas e Espaços Urbanos
040202	DOMHT/DIEU/SIP	Setor de Iluminação Pública
040203	DOMHT/DIEU/SPCPM	Setor de Planeamento, Controle e Programação da Mobilidade
040204	DOMHT/DIEU/SST	Setor de Sinalização e Trânsito
040205	DOMHT/DIEU/SOAD	Setor de Obras por Administração Direta
040300	DOMHT/DH	Divisão de Habitação
040301	DOMHT/DH/SGPH	Setor de Gestão do Parque Habitacional
040302	DOMHT/DH/SEPC	Setor de Estudos, Planeamento e Controle
040303	DOMHT/DH/SPCRH	Setor de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação
040304	DOMHT/DH/SIHS	Setor de Intervenção na Habitação Social
040400	DOMHT/DTO	Divisão de Transportes e Oficinas
040401	DOMHT/DTO/SO	Setor de Oficinas
040402	DOMHTA/DTO/ST	Setor de Transportes
050000	DGEJCA	Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente
050100	DGEJCA/DE	Divisão de Educação
050101	DGEJCA/DE/SGC	Setor de Gestão e Controle
050102	DGEJCA/DE/SPGRE	Setor de Planeamento e Gestão da Rede Educativa
050103	DGEJCA/DE/SASE	Setor de Ação Social Escolar
050200	DGEJCA/DISPE	Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos
050201	DGEJCA/DISPE/SPRIS	Setor de Planeamento, Rede e Intervenção Social
050202	DGEJCA/DISPE/SEA	Setor do Envelhecimento Ativo



050203	DGEJCA/DISPE/SEP	Setor Educativo e Pedagógico
050204	DGEJCA/DISPE/SISE	Setor de Intervenção e Sucesso Educativo
050300	DGEJCA/DCTPCB	Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas
050301	DGEJCA/DCTPCB/SDC	Setor de Dinamização Cultural
050302	DGEJCA/DCTPCB/ST	Setor de Turismo
050303	DGEJCA/DCTPCB/SPC	Setor de Património Cultural
050304	DGEJCA/DCTPCB/SB	Setor de Bibliotecas
050305	DGEJCA/DCTPCB/SJ	Setor de Juventude
050400	DGEJCA/DDD	Divisão de Desenvolvimento Desportivo
050401	DGEJCA/DDD/SAD	Setor de Associativismo Desportivo
050402	DGEJCA/DDD/SAPPD	Setor de Avaliação, Planeamento e Projetos Desportivos
050403	DGEJCA/DDD/SID	Setor de Instalações Desportivas

050500	DGEJCA/DGA	Divisão de Gestão Ambiental
050501	DGEJCA/DGA/SEPSA	Setor de Estudos, Projetos e Sensibilização Ambiental
050502	DGEJCA/DGA/SC	Setor Cemiterial
050503	DGEJCA/DGA/SPIMA	Setor de Planeamento, Intervenção e Monitorização Ambiental
050504	DGEJCA/DGA/SCCEVJ	Setor de Construção e Conservação de Espaços Verdes e de Jardins
050505	DGEJCA/DGA/SVM	Setor de Viveiros Municipais
050506	DGEJCA/DGA/SCP	Setor de Controlo e Planeamento
050507	DGEJCA/DGA/SHU	Setor de Higiene Urbana

Publique-se no Boletim Municipal das Deliberações Decisões e na página da internet em www.cm-odivelas.pt

Odivelas, 05 de abril de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 30/PRES/2016

Assunto: Designação, em regime de substituição, da Dra. Lúcia Raquel Prior dos Santos, no cargo de Chefe da Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos

O Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, aprovado na 21.ª reunião ordinária da CMO, de 4 de novembro de 2015 e na 18ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal, de 10 de dezembro de 2015, prevê o cargo de Chefe da Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos, posto de trabalho que se encontra vago.

Assim sendo, **designo**, em regime de substituição, ao abrigo do artigo 27.º, n.º 1 da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, **Lúcia Raquel Prior dos Santos**, Técnica Superior do Mapa de Pessoal da Câmara

Municipal de Odivelas, no cargo de Chefe da Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos, com efeitos a partir da data do presente despacho.

Odivelas, 13 de abril de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



VEREAÇÃO

DESPACHO N.º 1/VPCT/2016

Assunto: Despacho de Subdelegação de Competências do Vereador Paulo César Teixeira, no Coordenador do Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento, Hugo Alexandre Moreira Lopes Diogo Caroço

Nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, do artigo 38º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e do Despacho n.º 105/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, referente à Delegação e Subdelegação do Sr. Presidente da Câmara Municipal no signatário, **subdelego, no Coordenador do Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento, Hugo Alexandre Moreira Lopes Diogo Caroço**, as competências abaixo indicadas, que serão exercidas no âmbito da respetiva Unidade Orgânica, nos seguintes termos e limites:

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a entidades referidas no Capítulo II, no n.º 5, alíneas a) e b) do Despacho n.º 105/PRES/2015;
2. Autorizar férias dos trabalhadores mediante os respetivos mapas e requerimentos apresentados pelos trabalhadores;
3. A competência para autorizar a realização de trabalho extraordinário dentro dos limites legalmente estabelecidos e sempre que assim o exija o funcionamento do serviço;
4. Visar os boletins de horas extraordinárias e de ajudas de custo, confirmando as informações neles constantes e a sua conformidade com os limites legalmente estabelecidos;
5. A competência para justificar faltas no âmbito do serviço, à exceção da situação prevista no n.º 3 do artigo 206.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;
6. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou a documentos constantes de processos arquivados, e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei, bem como a restrição de documentos aos interessados, de acordo com o disposto na al. g), do n.º 3, do art.º 38º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

7. Praticar atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do ora subdelegante, de acordo com o disposto na al. m), do n.º 3, do art.º 38º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

8. Receber, processar e informar a respeito de correspondência dirigida ao Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento e a que me for pessoalmente dirigida que se refira a atividades desta unidade orgânica.

As competências agora subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem e, bem assim, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que por qualquer forma sejam susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas, deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 7 de abril de 2016

O Vereador

(Paulo César Teixeira)

No uso da competência que me foi delegada e subdelegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins, através do Despacho n.º 105/PRES/2015, de 27 de outubro

OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 3/DGOU/2016

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente da Secção de Secretaria Central (SSC)

Nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo



Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor, e ao abrigo do Despacho n.º 15/VPCT/2015, referente à subdelegação de competências do Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira no signatário, subdelego na Coordenadora Técnica, Dra. **Ângela Maria Pinhão Prata Fernandes**, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito do referido Secção de Secretaria Central.

Odivelas, 07 de abril de 2015

O Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico
No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do Despacho 15/VPCT/2015,

António de Sousa, Arq.º

EDITAIS

EDITAL N.º 36/PRES/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 4/2009 Bairro Casal das Queimadas à Quinta das Dálías União das Freguesias de Pontinha e Famões

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2009 do Casal das Queimadas à Quinta das Dálías para o lote 100, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 3153/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 29 de fevereiro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

AVISOS

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 5/2007 B.º Sol Nascente – Pontinha/Famões

4.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 2 de dezembro de 2015, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2007, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Manuel Joaquim da Costa Dantas.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo com as seguintes retificações:

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos do Lote:

Lotes	Alvará de loteamento	Proposta alteração		
	184	184	184 A	Soma 184 e 184A
Área lote	506	250,20	255,50	505,7
Área implantação	170	85	85	170
Área construção	340	170	170	340
Número fogos	1	1	1	2
Número ocupações	0	0	0	0
Pisos	2	2	2	2

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos do Bairro:

	Alvará loteamento	Proposto
Área de intervenção AUGI	132 280,00 m2	132 280,00 m2
Densidade habitacional	24,26 fg/ha	24,34 fg/ha
N.º total de fogos	321	322
Índice máximo de construção	0.53	0.53



Índice máximo de ocupação	0.26	0.26
Área de construção total	69 997,89 m2	69 997,89 m2
Área de implantação total	34 379,40 m2	34 379,40 m2
N.º de lotes	272	273

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos de utilização coletiva, uma vez que se encontram as mesmas asseguradas no alvará de loteamento. Para os espaços verdes, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofreram qualquer alteração.

Paços do Concelho, 09 de março de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de março de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/3273, de 2016.03.31:

Divisão de Habitação

Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2016/7140
Interno/2016/1346 de 2016/02/03
Assunto: Proposta de regularização de dívida – Praceta Alice Pestana, n.º 3 – 1º A – Arroja em Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Oficie-se nos termos propostos a regularização de dívida e comunique-se ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2016/03/16

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2014/62687
Interno/2016/504 de 2016/01/15
Assunto: Análise jurídica da situação contratual do locado sito na Rua Elysio de Moura, n.º 2 - 3º Dtº, Arroja – Audiência dos Interessados – Domingos Carvalho de Jesus
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, com o proposto, baseado na fundamentação jurídica apresentada. Segue ofício assinado. À Divisão de Habitação para continuação dos procedimentos subsequentes.”
Data da decisão: 2016/03/16

EDOC/2015/952
Interno/2016/3131 de 2016/03/24
Assunto: Notificação da decisão final – Resolução do contrato de subarrendamento do locado sito na Praceta Marquesa de Alorna, 1, 8º Dtº em Odivelas – Notificação via Edital
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Seguem ofício e Editais assinados. À Divisão de Habitação, para acompanhamento.”
Data da decisão: 2016/03/31

EDOC/2015/3678
Interno/2015/5498 de 2015/05/19
Assunto: Atualização de renda – Nome: Manuela Matilde Ribeiro Pinto – Morada: Rua Jorge de Sena, n.º 30 – 3º Dt. – Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2016/03/28

EDOC/2015/4032
Interno/2016/1881 de 2016/02/22
Assunto: Atualização de renda – Nome: Emília de Jesus Marques Proença – Morada: Rua António Aleixo, n.º 7 – 2º Dt. – Póvoa de Santo Adrião
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2016/03/16

EDOC/2015/4036
Interno/2016/2039 de 2016/02/25
Assunto: Atualização de renda – Nome: Dora Fonseca Balão – Morada: Bairro do Trigache, n.º 8 - Famões
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, nos termos do informado e proposto. Oficie-se a arrendatária. Solicita-se o melhor acompanhamento para esta situação no que concerne ao pagamento atempado da renda e à situação social descrita.”
Data da decisão: 2016/03/16

EDOC/2015/4064
Interno/2016/2181 de 2016/02/29
Assunto: Atualização de renda – Nome: Carolina Leitão Serra Ferreira – Morada: Rua Rainha Santa Isabel, n.º 5 – 1º Esq. – Famões
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2016/03/28

EDOC/2015/4085
Interno/2016/2727 de 2016/03/14
Assunto: Atualização de renda – Nome: Carlos Alberto Serra de Melo – Morada: Rua Ferreira de Castro, n.º 1 – C/V Dt. – Póvoa de Santo Adrião
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2016/03/28

EDOC/2015/4135
Interno/2016/2427 de 2016/03/04
Assunto: Atualização de renda – Nome: Ana Bela Pereira de Almeida – Morada: Rua Domingos António Carvalho, n.º 6 – R/C Esq. - Famões
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2016/03/28

EDOC/2015/4269
Interno/2016/2477 de 2016/03/07
Assunto: Atualização de renda – Nome: Maria Alcina Machado Gomes – Morada: Rua Domingos António Carvalho, n.º 8 – 2º Esq. - Famões
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Luís Miguel Gomes Mota, Daniela Alexandra Mota Correia e Beatriz Maria Correia. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2016/03/28



EDOC/2015/4273

Interno/2016/2083 de 2016/02/26

Assunto: Atualização de renda – Nome: Ana Fernandes de Lima – Morada: Rua Domingos António Carvalho, n.º 8 – 3º Esq. - Famões

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Sílvia Cristina Fernandes, Fernando Manuel Oliveira Martins, José Alberto Fernandes Martins e Ariana Sofia Fernandes Martins. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/28

EDOC/2015/4330

Interno/2016/1854 de 2016/03/08

Assunto: Atualização de renda – Nome: Joaquim Perrulas Medinas – Morada: Bairro Olival do Pancas, n.º 48 – Olival do Pancas - Pontinha

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Oficie-se nos termos propostos a exclusão do agregado familiar de João Hernâni Bernardo Medinas e de Edgar Bernardo Medinas bem como o novo valor de renda e comunique-se ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/28

EDOC/2015/4453

Interno/2016/2363 de 2016/03/03

Assunto: Atualização de renda – Nome: Victoria Afonso de Barros – Morada: Bairro Olival do Pancas, Lote 58 – R/C C - Pontinha

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, nos termos do informado e proposto. Oficie-se a arrendatária. e comunique-se ao DFA. Promova-se o acompanhamento desta situação, no que concerne à ausência da titular do arrendamento do fogo municipal.”

Data da decisão: 2016/03/29

EDOC/2015/20261

Interno/2016/2207 de 2016/02/29

Assunto: Atualização da renda e Acordo de regularização de dívida – Nome: Jesus Maria Barão Saraiva – Morada: Rua José Régio, n.º 9 – RC Esq. - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos o novo valor da renda, determinado nos termos da Lei do Arrendamento Apoiado, bem como o Acordo de Regularização da dívida e comunique-se ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/29

EDOC/2015/38156

Interno/2016/2043 de 2016/02/24

Assunto: Análise jurídica da situação contratual do locado sito na Praceta dos Cravos, n.º 3 – R/C Dt., em Arroja – Audiência dos Interessados

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Segue ofício assinado. À Divisão de Habitação, para acompanhamento.”

Data da decisão: 2016/03/30

EDOC/2015/57262

Interno/2016/2789 de 2016/03/14

Assunto: Atribuição de fogo municipal sito na Rua Tomás da Anunciação, n.º 25 – C/V Esq. em Odivelas. Formalização da relação contratual.

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Segue declaração assinada (em duplicado).”

Data da decisão: 2016/03/15

EDOC/2016/5305

Interno/2016/2011 de 2016/01/24

Assunto: Entrega extemporânea de Atestado Médico de Incapacidade Multiusos, por Ana Tavares Fernandes – Praceta 25 de Agosto, n.º 4 – 3º Dt. em Famões

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos. À Divisão de Habitação para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2016/03/22

EDOC/2016/6612

Interno/2016/1526 de 2016/02/17

Assunto: Acordo de Regularização de Dívida. Fogo: Rua Dr. Elysio Moura, n.º 6 – 2º Dt. – Urb. Arroja, Odivelas. Titular: Maria Fernanda da Silva Galhanas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Oficie-se nos termos propostos a regularização de dívida de rendas em atraso e comunique-se ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/29

EDOC/2016/8161

Interno/2016/2406 de 2016/03/03

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 46, Rua Major Caldas Xavier, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 368,92€ (trezentos e sessenta e oito euros e noventa e dois centimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/21

EDOC/2016/9329

Interno/2016/1746 de 2016/02/16

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 27, Rua Serpa Pinto, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 240,00€ (duzentos e quarenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 15, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/08

EDOC/2016/11231

Interno/2016/2115 de 2016/02/16

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Rua Palmira Bastos, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento de 520,00€ (quinhentos e vinte euros) destinados a encargos de condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/08

EDOC/2016/11821

Interno/2016/2211 de 2016/02/29

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Rua Eugénio de Castro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 540,00€ (quinhentos e quarenta euros) utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do



previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/08

EDOC/2016/11831

Interno/2016/2191 de 2016/02/29

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Rua Sidónio Pais, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 354,00€ (trezentos e cinquenta e quatro euros) utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/08

EDOC/2016/12094

Interno/2016/2146 de 2016/02/26

Assunto: Proposta de atualização de fichas PER do núcleo de construções precárias do Bairro do Barruncho – Exclusões e integrações de elementos dos agregados familiares a realojar em fogos municipais.

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, com o proposto, considerando a fundamentação jurídica e social exposta. Seguem Editais e Ofícios assinados. À Divisão de Habitação, para a subsequente tramitação.”

Data da decisão: 2016/03/01

EDOC/2016/12408

Interno/2016/2242 de 2016/03/01

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 7, Rua Padre João Pinto, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 180,00€ (cento e oitenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/08

EDOC/2016/12675

Interno/2016/2289 de 2016/03/01

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Praceta Grão Vasco, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 360,00€ (trezentos e sessenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/21

EDOC/2016/12959

Interno/2016/2481 de 2016/03/07

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Rua dos Malmequeres, 4, 3.º Dt.- Anabela Gouveia

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento, de 7,83 €, relativo a atualização de valor de renda, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/16

EDOC/2016/13464

Interno/2016/2484 de 2016/03/07

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 16, Rua do Poder Local, Pontinha - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 342,00 € (trezentos e quarenta e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/21

EDOC/2016/13797

Interno/2016/2517 de 2016/03/07

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 79, Av. D. Dinis, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 204,00€ (duzentos e quatro euros) utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/21

EDOC/2016/14410

Interno/2016/2671 de 2016/03/10

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 12, Rua Cristóvão Colombo, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 406,44€ (quatrocentos e seis euros e quarenta e quatro centavos) utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/21

EDOC/2016/14424

Interno/2016/2636 de 2016/03/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua Cândido de Oliveira, Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 300,00€ (trezentos euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/21

EDOC/2016/14978

Interno/2016/2725 de 2016/03/11

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 30, Rua Jorge Sena, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 290,00€ (duzentos e noventa euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/21



EDOC/2016/16080

Interno/2016/2954 de 2016/03/18

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11, Rua Pêro Vaz de Caminha, Pontinha - Pagamento de Quota Extraordinária

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 109,97€ (cento e nove euros e noventa e sete cêntimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/03/21

Setor de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação (SPCRH)

EDOC/2015/54891

Interno/2015/11691 de 2015/11/18

Assunto: Instalação de contador de água em fogo municipal sito: Praceta Grão Vasco, 1 – 2.º Esq. - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “Ao DJGFP/DFA para cabimento e compromisso da verba de 180 € (nos termos do proposto nas etapas 7 e 10), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor (condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06), bem como desenvolvimento de procedimento, com vista à aquisição de serviços de canalização em fogo de propriedade municipal.”

Data da decisão: 2016/03/08

EDOC/2016/14855

Interno/2016/2690 de 2016/03/10

Assunto: Proposta de aquisição de serviços: desentupimento de prumada de esgoto do edifício de habitação municipal sito no Lote 57 do Bairro Olival do Pancas - Pontinha

Decisão da Sra. Vereadora: “URGENTE. Ao DJGFP/DFA para cabimento e compromisso da verba de 580 € (nos termos do proposto nas etapas 1 e 4), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor (condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06), bem como desenvolvimento de procedimento, com vista à aquisição de serviços de desentupimento de prumada de esgoto em prédio municipal, na Pontinha.”

Data da decisão: 2016/03/15

EDOC/2016/15024

Interno/2016/2701 de 2016/03/11

Processo n.º 12.03/014-2016

Assunto: Proposta/Aquisição e Serviço. Limpeza de fogo municipal sito na Rua Vitorino Nemésio, n.º 1, C/V Dta. – Póvoa de Santo Adrião

Decisão da Sra. Vereadora: “URGENTE. Ao DJGFP/DFA, para cabimento e compromisso do valor de 55,00 € (cinquenta e cinco euros) + IVA à taxa legal em vigor, devendo para o efeito ser utilizada a seguinte classificação: Proj: 2016/A/102 - COE: 25.04/02.02.02, bem como desenvolvimento de procedimento de aquisição de serviços de limpeza (por ajuste direto), condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06.”

Data da decisão: 2016/03/31

CONTRAORDENAÇÕES E EXECUÇÕES FISCAIS

Decisões com eficácia externa tomadas pelo Vereador Edgar Valles, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito do Setor de Contraordenações e Execuções Fiscais, referentes ao mês de março de 2016, nos termos do edoc/2016/19376:

Processo – 32 /CO /15

Arguido – Colinasec, Lda

Participação / Processo – 14/DJFM/2015 -05/LACMO/2015

Infração – Ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação

Custas – 122.20€

Data 1 março 2016

Processo – 42 /CO/ 15

Arguido – Ana Rita Maria da Silva Vaz Taborda

Participação / Processo – Auto Notícia - Reg 781/2015

Infração – Ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 500.00€

Custas – 61.00€

Data 8 março 2016

Processo – 57 /CO/15

Arguido – Mário Henriques Manso

Participação / Processo – 14/DGOU/DLOP/SAVO/15

Infração – Utilização da moradia sem respetiva autorização de Utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do n.º 13, do ponto II, do Despacho n.º 107/Pres/2015, de 27 de outubro, determino o envio do processo contraordenação n.º 57/CO /15, ao Tribunal Judicial da Comarca de Loures, para efeitos de Impugnação Judicial da decisão proferida a fls. 61.

Data 1 março 2016

Processo –112 /CO /14

Arguido – Manuel Domingos Catumbila

Participação / Processo – Auto Notícia reg 2072/2014

Infração – Ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 600.00€

Custas – 81.40€

Data 8 março 2016

Processo – 29 /CO /15

Arguido – Patrícia Sofia dos Santos Gomes

Participação / Processo – 01/LACMO/2015 – 03/DJFM/2015

Infração – Ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 5.000.00€

Custas – 81.40€

Data 8 março 2016



Processo - 36 /CO/15

Arguido – Paulo Alexandre Carriço Antunes

Participação / Processo – 15/DGOU/DLOP/SAVO/15

Infração – Utilização da moradia sem respetiva autorização de Utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do n.º 13, do ponto II, do Despacho n.º 107/Pres/2015, de 27 de outubro, determino o envio do processo contraordenação n.º 36/CO /15, ao Tribunal Judicial da Comarca de Loures, para efeitos de Impugnação Judicial da decisão proferida a fls. 63.

Data 8 março 2016

Processo –66 /CO /15

Arguido – Francisco José Correia Ribeiro

Participação / Processo – 18/JF/SAVO/DLOP/2015

Infração – Ocupação do Imóvel sem respetiva autorização utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação

Custas – 61.00€

Data 8 março 2016

Processo –28 /CO /15

Arguido – Luis Justo, Construção Civil Unipessoal, Lda.

Participação / Processo – Auto de Notícia reg 16/2015

Infração – Ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

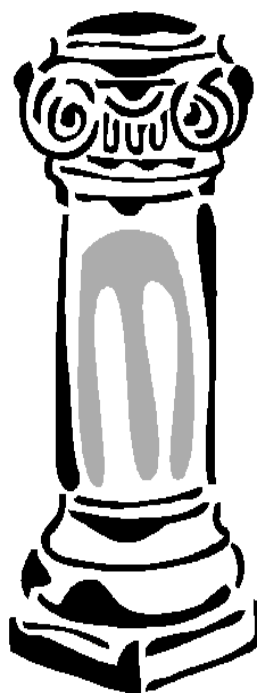
Coima – 6.000.00€

Custas – 71.20€

Data 14 março 2016



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 7 de abril de 2016

DELIBERAÇÕES

ORDEM DE TRABALHOS

ALTERAÇÃO

Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas foi proposta uma alteração à ordem de trabalhos, passando a ser discutido em primeiro lugar o ponto n.º 1, “Proposta de Aprovação de Mapas Estratégicos de Ruído de Odivelas”, do Período da Ordem do Dia.

(Aprovado por unanimidade)

RETIRAR O PONTO TRÊS DA ORDEM DO DIA DA PRESENTE SESSÃO

Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, foi colocada à votação a retirada do ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, “Proposta de Deliberação N.º 01/AM/2016 – Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Odivelas”, para o mesmo ser incluído na próxima Sessão da Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)

MAPAS ESTRATÉGICOS DE RUÍDO

MAPAS ESTRATÉGICOS DE RUÍDO DO CONCELHO DE ODIVELAS

Mapas Estratégicos de Ruído do Concelho de Odivelas (MER), elaborados no âmbito do protocolo celebrado com o Grupo de Acústica e Controlo de Ruído, da Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/601, de

2016-01-18, deliberada na 2.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia vinte e sete de janeiro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, n.º 2 de 9 de fevereiro de 2016, página 9), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, à Assembleia Municipal de Odivelas.

“(…) Um MER define-se como um mapa para fins de avaliação global da exposição ao ruído ambiente exterior, em determinada zona, devido a várias fontes de ruído, ou para fins de estabelecimento de previsões globais para essa zona (artigo 3.º do Decreto-lei n.º 146/2006 de 31 de julho), sendo composto por uma compilação de dados sobre uma situação de ruído existente ou prevista em termos de um indicador de ruído demonstrando a ultrapassagem de qualquer valor limite em vigor, o número estimado de pessoas afetadas e de habitações expostas a determinados valores de um indicador de ruído em determinada zona (artigo 7.º do Decreto-lei n.º 146/2006 de 31 de julho).

Os trabalhos para a elaboração dos MER de Odivelas seguiram os critérios constantes da legislação sobre ruído ambiente, bem como as atuais boas práticas internacionais e as diretrizes nacionais e internacionais aplicáveis a este tipo de trabalhos, nomeadamente as exigências do Decreto-Lei n.º 146/2006 de 31 de julho, bem como as recomendações constantes do documento “*Diretrizes para a Elaboração de Mapas de Ruído*”, versão 3 de dezembro de 2011, da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), e ainda as recomendações do “*Good Practice Guide for Strategic Noise Mapping and the Production of Associated Data on Noise Exposure*” (WG-AEN, Comissão Europeia), versão 2, de 2007, em conjunto com as últimas recomendações do documento “*Common Noise Assessment Methods in Europe – CNOSSOS-EU*” (JRC Reference Reports, Comissão Europeia) de 10 de agosto de 2012.

O desenvolvimento das peças do MER baseou-se nas cartas de ruído anteriormente (2009) elaboradas pela mesma equipa, procedimento fundamental por razões de consistência e coerência, bem como de otimização da relação benefício-custo.

Os trabalhos desenvolvidos compreenderam principalmente as seguintes fases de trabalho:

1. Compilação de dados de base (cartográficos e relativos a fontes de ruído) atualizados e correspondentes à totalidade da área do Concelho de Odivelas;
2. Atualização do mapa de ruído de Odivelas, cuja versão mais recente datava de 2009 – produção de novos elementos referentes a fontes distintas e ao ruído global;
3. Cálculo do número de pessoas expostas aos diferentes intervalos de níveis sonoros do ruído ambiente, especificamente derivado do tráfego rodoviário,



ferroviário e aéreo. (...)” (*Informação n.º Interno/2016/601, de 2016-01-18*)

Os referidos mapas são compostos pelas seguintes peças, nos termos da informação acima mencionada.

Peças escritas:

Relatório Técnico dos Mapas Estratégicos de Ruído;

Relatório Não Técnico dos Mapas Estratégicos de Ruído.

Peças desenhadas:

Mapas de Ruído Global, às escalas 1:30000 e 1:0000, L_{den} e L_n ;

Mapas de Ruído Rodoviários, às escalas 1:30000 e 1:0000, L_{den} e L_n ;

Mapas de Ruído Aéreo, às escalas 1:30000 e 1:0000, L_{den} e L_n ;

Mapas de Ruído Ferroviário, às escalas 1:30000 e 1:0000, L_{den} e L_n .

(Aprovado por maioria)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“DEBATE PÚBLICO SOBRE O FUTURO DO MOSTEIRO DE SÃO DINIS E DO PATRIMÓNIO CULTURAL EXISTENTE NO CONCELHO”

Pela Bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada uma Proposta de recomendação sobre “Debate Público sobre o Futuro do Mosteiro de São Dinis e do Património Cultural Existente no Concelho”. Colocada à votação foi rejeitada por maioria.

(Rejeitada por maioria)

VOTO DE CONDENAÇÃO

VOTO DE CONDENAÇÃO

PELA PUNIÇÃO DOS JOVENS ATIVISTAS ANGOLANOS

O processo contra os jovens ativistas angolanos foi decidido no dia 28 de março de 2016 com sentenças entre os 2 e os 8 anos de prisão para todos eles.

Acusados do crime de subversão - e, já em plena fase de alegações finais de pertença a uma associação de malfetores - os ativistas foram, na verdade, condenados

somente por terem promovido uma leitura coletiva do livro “Da Ditadura à Democracia”, de Gene Sharp. Ou seja, por exercerem direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos: “toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião”.

Ilegalmente detidos e com os seus direitos restringidos, os ativistas levaram a cabo uma greve de fome para chamar a atenção para a injustiça de que estavam a ser vítimas.

Diversas organizações internacionais de defesa dos direitos humanos pronunciaram-se em defesa destes jovens angolanos e do seu direito inalienável de exercerem as suas liberdades fundamentais em paz. As autoridades angolanas, porém, entenderam levar por diante a punição com penas de prisão do que não foi mais do que um exercício pacífico e ordeiro de discussão política e de liberdade de pensamento e opinião, contrariando normas elementares do Direito Internacional e da própria ordem jurídica angolana.

Está, pois, em causa o respeito por direitos humanos básicos. Nenhuma lógica - seja comercial, financeira, política ou outra - pode justificar o silêncio dos democratas sobre violações de direitos humanos básicos como o que se registou com esta punição dos ativistas angolanos.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 7 de abril de 2016:

1. Condena a punição dos ativistas angolanos;
2. Apela a que, nos termos previstos na legislação da República de Angola, a tramitação do processo obedeça aos princípios fundadores do Estado de Direito, incluindo o direito de oposição por meios pacíficos às autoridades constituídas;
3. Apela à libertação dos ativistas detidos.

(Documento apresentado pela bancada do BE e aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, PSD, BE e CDS/PP e votos contra da CDU e abstenções em nome individual dos deputados municipais Lúcia Lemos e Miguel Galante)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 11 de abril de 2016

(Aprovado por maioria)



ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL

ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Abertura de procedimento concursal, por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho para a categoria de Assistente Operacional, na área da fiscalização municipal, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/2793, de 2016-03-15, deliberada na 6.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia vinte e três de março de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, n.º 6 de 5 de abril de 2016, página 9*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, à Assembleia Municipal de Odivelas.

(Aprovado por unanimidade)